View in browser - Ver no browser - Vea en el browser | Subscribe - Subscrever - Suscribir

alice news MAGAZINE

ALICENEWS.CES.UC.PT

INSURGENT AND INTERCULTURAL CONTENT
IN ENGLISH, PORTUGUÉS Y ESPAÑOL

#43 2022-09-14 ISSN 2795-515X

pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

A democracia em perigo

AN Original

Sempre que a democracia entra no imaginário popular como instrumento de luta contra a injustiça social torna-se um alvo das forças antidemocráticas, um vasto leque de forças nacionais e internacionais com(...)

Por Boaventura de Sousa Santos

pt Reflexão Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

“You have not yet been defeated.” Carta aberta pela liberdade de Alaa Abd El-Fattah e o fim das prisões políticas no Egito

AN Original

Alaa Abd El-Fattah é escritor, ativista, programador de software, cidadão egípcio-britânico, e um dos mais de 60 mil presos políticos no Egito. Encarcerado ilegalmente, sujeito a maus tratos e tortura, está em(...)

Por Organizers for the September 5th Protest in Support of Alaa

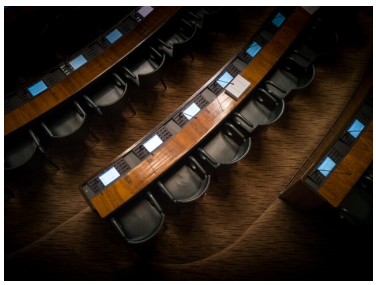
en Reflection Anti-Colonialism

Enforced Disappearance: Impact, Inaction and Activism

AN Original

Living in ambiguity is deeply painful for everyone who loses a family member in whatever circumstances of his or her journey of life. It is a human tragedy to live in a state of ambiguity. When my father was forcibly(...)

By Ram Kumar Bhandari



en Reflection Anti-Colonialism

Parliamenting as an alternative to populist politics

AN Original - UNPOP Series

One of the principal controversies surrounding the phenomenon of populism, which spark lively political and academic debates, concerns its relation with the category of democracy. The empirically oriented political(...)

By Uros Ugarkovic

pt Reflexão Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

You Have Not Yet Been Defeated: 136 dias em greve de fome

AN Original

Este artigo faz parte de uma série de traduções que serão publicadas com o objetivo de gerar solidariedade com o egípcio-britânico programador, intelectual, escritor, revolucionário, marido, pai (entre muitos(...)

Por Alaa Abd el-Fattah, Daniela Silvestre Jorge Ayoub

pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo

Mar (in)visível: pessoas em situação de rua

AN Original

Discute-se acerca da dimensão étnico-racial que atravessa a população em situação de rua nas sociedades contemporâneas, em especial no contexto brasileiro. Vale ressaltar que o contexto da pandemia da Covid-19,(...)

Por Marcos Silva

es Reflexión Anticolonialismo

Agosto, mes de la Pachamama

AN Original

Agosto. Comienza el mes en que la Pachamama despierta hambrienta de su sueño de invierno. Es tiempo de rituales. En el campo, las familias ch?allan en los patios las mejores ocas y papas de la cosecha recién(...)

Por Verónica Córdova

en Reflection Anti-Capitalism

Emotional mobilization in Chinese online bottom-up populism

AN Original - UNPOP Series

The Palace Museum is located in the Forbidden City (center of Beijing). It used to be the palace of the emperors of the Ming (1368-1644) and Qing dynasties (1644-1911) and a symbol of royal power. The Palace Museum is(...)

By Kun He

pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo

You Have Not Yet Been Defeated: 110 dias em greve de fome

AN Original

Este artigo faz parte de uma série de traduções que serão publicadas com o objetivo de gerar solidariedade com o egípcio-britânico programador, intelectual, escritor, revolucionário, marido, pai (entre muitos(...)

Por Alaa Abd el-Fattah, Daniela Silvestre Jorge Ayoub

Facebook Twitter YouTube RSS

Centro de Estudos Sociais
Colégio de S. Jerónimo
Apartado 3087
3000-995 Coimbra, Portugal

Tel +351 239 855 570
Fax +351 239 855 589

alicenews@ces.uc.pt

Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

pt Reflexão Original Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

A democracia em perigo

AN Original

2022-09-05

Por Boaventura de Sousa Santos

Sempre que a democracia entra no imaginário popular como instrumento de luta contra a injustiça social torna-se um alvo das forças antidemocráticas, um vasto leque de forças nacionais e internacionais com diferentes matizes políticos, que vão dos novos movimentos fascistas e neonazis aos sectores capitalistas e às elites mais retrógradas dos países. Esta é a conclusão que se pode tirar (mais uma vez) de recentes acontecimentos na América Latina. No passado dia 1 de setembro, a vice-presidente da Argentina e pré-candidata a um novo mandato presidencial, Cristina Fernandéz de Kirchner, foi vítima de uma tentativa de assassinato por parte de um indivíduo neonazi. No passado dia 4, o projecto da nova Constituição do Chile foi rejeitado por 61.86% dos votos contra 38.14%, após uma campanha dominada pela política de ódio, por notícias falsas e uma grosseira manipulação mediática por parte das forças que se opunham ao novo texto constitucional.

Estes dois acontecimentos ilustram dois dos quatro principais instrumentos a que as forças antidemocráticas recorrerão nos próximos tempos para neutralizar o movimento democrático que vai irrompendo das classes populares contra a injustiça e a discriminação social, tanto na América Latina como no resto do mundo. Os dois outros instrumentos são, por um lado, a neutralização político-judicial de líderes políticos ou de medidas políticas através do que se convencionou chamar *lawfare*, guerra jurídica; por outro lado, a fraude eleitoral. Estes quatro instrumentos merecem uma atenção detalhada. Há que entender que não se trata de instrumentos separados por alguma divergência ideológica entre as forças antidemocráticas. Qualquer destes instrumentos pode ser usado pelas mesmas forças e a decisão da sua utilização depende apenas do cálculo da sua eficácia. Por exemplo, sempre que a aspiração democrática das classes populares se condensa numa figura política que pela sua trajectória política ou pela sua força carismática confere às forças que a seguem uma vantagem impossível de neutralizar por via da manipulação da opinião pública ou da perseguição politico-judicial, a liquidação física torna-se o instrumento privilegiado, sobretudo se a fraude eleitoral for difícil de levar a cabo. Quando, pelo contrário, não estão em causa personalidades políticas específicas, mas antes medidas ou políticas que, por via de legislação ou referendo, podem fazer perigar os interesses ou privilégios das classes ou grupos poderosos, tanto no plano interno como no plano internacional, os instrumentos privilegiados são a neutralização político-judicial, a manipulação da opinião pública ou a fraude eleitoral. As forças democráticas devem estar preparadas para estes quatro tipos de ataques. Para isso é bom que saibam um pouco mais em detalhe como eles operam. Neste texto, concentro-me nos dois instrumentos com mais actualidade política na América: o assassinato de líderes e activistas políticos e a manipulação da opinião pública.

O assassinato de líderes e activistas políticos. Este instrumento é o mais antigo e pode mesmo dizer-se que sempre existiu. O seu uso depende de muitos factores e parece oscilar segundo uma lógica de ondas. Acresce que quando se instala um ambiente de levada polarização política e mesmo de violência política é possível que o assassinato seja usado indiscriminadamente contra políticos de esquerda e de direita. A verdade é que em décadas recentes os políticos de esquerda têm sido os grandes alvos da violência política.

Tudo leva a crer que estamos a entrar numa nova onda. Ao longo do século passado, o assassinato ocorreu ou para impedir o aprofundamento democrático (medidas que melhorassem as condições de vidas das populações mais vulneráveis ou pusessem em risco interesses das elites nacionais ou de potência estrangeiras) ou, mais radicalmente, para abrir o caminho à ditadura. A maioria dos assassinatos e tentativas de assassinato nunca foi plenamente esclarecida nem sobre quem matou nem, muito menos, sobre quem mandou matar. Ao longo das décadas de sessenta e setenta do século passado vários líderes políticos e sindicais africanos foram assassinados ou morreram em condições misteriosas (acidentes, por exemplo) que nunca foram esclarecidos. Na altura em que ocorreram foram considerados actos isolados e só muito mais tarde se veio a saber da participação dos serviços secretos belgas, franceses e norte-americanos. Na América Latina, há que recordar a Operação Condor, a campanha secreta promovida pelos EUA e ditadores da América Latina a partir de 1975 para assassinar activistas e líderes políticos de esquerda. Algumas estimativas indicam 60.000 mortos 30.000 dos quais na Argentina.

Em tempos mais recentes, os assassinatos ou tentativas de assasssinato têm três características. Primeiro, em tempos de redes sociais e de *fake news*, o assassinato é sempre precedido pelo discurso do ódio promovido pelas mesmas forças antidemocráticas com o objectivo de banalizar simbolicamente o acto de matar. Em tempos recentes, o slogan "morte a Cristina" foi frequente nas manifestações da direita argentina. É muito perturbador que se crie em democracia um ambiente de política abismal: ou nós ou o abismo. Nestas condições, quem temer o "candidato do abismo" pode ser tentado a recorrer à sua liquidação física para impedir que el chegue ao poder.

Em segundo lugar, o recurso ao assassinato é mais provável quando a neutralização político-judicial não pode ser accionada a tempo de evitar a eleição e a manipulação mediática e a fraude eleitoral não dão garantias de eficácia em face da forte tradição de mobilização popular nas ruas, uma tradição que, como sabemos, é muito forte na Argentina. Finalmente, o autor do crime é um ser desprezível com eventuais vinculações extremistas, mas que facilmente se pode considerar como tendo actuado sozinho. Obviamente que em situações de elevada polarização política o acto solitário e muito provável, mas é

bom advertir que a utilização deste tipo de criminoso tem sido o estratagema de eleição para desencorajar a investigação sobre as eventuais ligações mais amplas, nacionais e internacionais, do crime.

A tentativa de assassinato de Cristina Kirchner, provocou, pelas suas características, um outro efeito ainda mais insólito: o ensaio de dar crédito à ideia de que a tentativa de assassinato foi um show montado pelos seguidores da vice-presidente para aumentar o seu capital político. Quando se desce a este patamar está em causa a total despolitização e banalização da vida humana como recurso político. Aceitar isto é descer ao grau zero da democracia.

A manipulação mediática da opinião pública. Não é este o lugar para avaliar os méritos e os defeitos do projecto da nova Constituição do Chile. Para que não haja dúvidas sobre a minha posição sinto muito orgulho por ter sido convidado como consultor da Assembleia Constituinte sobre os temas da plurinacionalidade e do pluralismo jurídico, dois temas muito importantes para os povos indígenas do Chile. Também estou consciente que o contexto político que levou à eleição da Assembleia Constituinte alterou-se no período seguinte, o que se tronou evidente nas últimas eleições presidenciais. Devo acrescentar que a qualidade política do desempenho do presidente Gabriel Boric não foi a melhor sobretudo nos meses mais recentes e é evidente que a sua presidência estava muito identificada com a nova Constituição. Por último deve considerar-se que depois de quarenta anos de vigência de uma das Constituições mais conservadoras do mundo (a Constituição promulgada em tempos do ditador Pinochet) não seria fácil passar a uma das mais progressistas Constituições do mundo.

Nada disto está em discussão neste texto. O que discuto é o facto de que o processo eleitoral que levou à rejeição da nova Constituição do Chile constitui um exemplo extremo da manipulação da opinião pública para condicionar o sentido do voto. É certamente responsável pela pesada derrota do projecto. Os instrumentos que foram mobilizados para intoxicar a opinião pública com falsidades sobre o texto da nova Constituição foram utilizados anteriormente na campanha do Brexit na Inglaterra (2016), na campanha contra o referendo dos acordos de paz na Colombia (2016) e nas campanhas eleitorais de Donald Trump nos EUA (2016 e 2020) e de Jair Bolsonaro no Brasil (2018), na campanha contra Evo Morales na Bolivia (2019) e na tentativa de impedir Pedro Castillo de assumir a presidência no Peru (2021). Mas foram usados no Chile com uma tal virulência que merecem a atenção especial dos democratas de todo o mundo e muito especialmente dos latino-americanos. As características principais são as seguintes.

Primeiro, beneficiam do beneplácito de forças conservadoras internacionais que com alguma antecedência enumeram as razões que justificam a rejeição do candidato ou da medida política (por exemplo, o acordo de paz na Colômbia ou a nova Constituição do Chile). Criam uma aura de respeitabilidade à posição que defendem. Por exemplo, ao longo do último ano a revista *The Economist* recomendou fortemente a rejeição da nova Constituição.

Segundo, a manipulação da opinião pública assenta em intenso e direccionado bombardeamento de mensagens falsas cujo padrão visa induzir o medo da maneira que mais eficazmente aumente a insegurança do eleitor e da sua família. No Chile, um activista de direita arrependido denunciou um conjunto enorme de redes de *whatsapp* que diariamente combinava fazer um *trending* (criação de tendência) específico contra alguém ou alguma medida. O teor concreto das mensagens falsas varia de país para país. Por exemplo, no caso do Chile, eis algumas seleccionadas de uma imensa cloaca de lixo informacional: se votas sim convertes-te num cidadão de segunda classe; o nome do teu país mudará e a bandeira também; vão dividir o país em vários; não haverá polícia para te proteger dos imigrantes e indígenas que tomarão poder; as mulheres poderão abortar horas antes de parir; as mulheres não poderão ir ao parque passear por terem medo dos imigrantes que as podem violar; não se poderá comprar água engarrafada nem gelo; não haverá educação privada nem saúde privada; não haverá propriedade privada em geral; vão-nos tomar as nossas casas e as nossas terras; proibirão a religião; tens de votar não à Constituição, mas mesmo assim estão tentando a fraude eleitoral; vão trazer venezuelanos e haitianos para votar sim; se isso não bastar, vão fazer com que mortos e desaparecidos votem; isso mesmo está no recenseamento eleitoral.

Terceiro, há uma organização internacional estruturada em rede por detrás da desinformação massiva. No caso do Chile foi intensíssima a intervenção de uma vasta rede de organizações, fundações,

institutos, “think tanks”, envolvendo políticos, *influencers* e jornalistas de direita e de extrema direita, todos pertencentes ao Atlas Network. O Atlas Network é uma vasta organização originalmente financiada pelos irmãos Koch nos EUA, industriais do petróleo bem conhecidos pela sua ideologia de extrema direita. Segundo a sua própria descrição, é uma organização não-governamental baseada nos EUA que fornece treino, contactos, redes e financiamento para grupos libertários e partidários do livre mercado em todo o mundo. Tem 500 organizações parceiras em quase cem países. Os seus quadros são treinados nos EUA e a ideologia é muito homogénea e corresponde por inteiro à da escola de Chicago a quem o ditador Pinochet entregou a condução económica do país em 1973 (o neoliberalismo extremo com o desmantelamento do Estado social, a privatização das políticas públicas, a minimização dos impostos, o mercado livre como regulador das relações económicas e sociais). O Atlas Network actua como intermediário entre quem tem dinheiro e quem tem talento para difundir as ideias que defendem. Está bem presente no Brasil e certamente estará bem activo no actual processo eleitoral.

Tanto os assassinatos de activistas e de líderes políticos como a manipulação da opinião pública exigem hoje um vasto ecossistema digital que transforme adversários políticos em inimigos, vire vítima contra vítima como meio de ocultar os verdadeiros opressores, alimente o discurso do ódio, incite os instintos de vingança e crie indiferença perante a injustiça social. A prazo, transformará cidadãos em súbditos e destruirá a democracia.

Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

pt Reflexão Original Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

“You have not yet been defeated.” Carta aberta pela liberdade de Alaa Abd El-Fattah e o fim das prisões políticas no Egito

AN Original

2022-09-05

Por Organizers for the September 5th Protest in Support of Alaa

Alaa Abd El-Fattah é escritor, ativista, programador de software, cidadão egípcio-britânico, e um dos mais de 60 mil presos políticos no Egito. Encarcerado ilegalmente, sujeito a maus tratos e tortura, está em greve de fome desde 2 de abril de 2022.

Alaa passou a maior parte da última década atrás das grades e foi condenado, em dezembro de 2021, a cinco anos de prisão sob acusações de disseminar notícias falsas. Não é caso único: o regime autoritário de Abdul Fatah Al-Sisi detém, prende e tortura, de forma sistemática, milhares de pessoas que contestam a repressão. Estima-se que o Egito tenha, neste momento, mais de 60 mil presos políticos, e é o terceiro país do mundo que mais prende jornalistas.

Desde os anos 2000, Alaa documentou, juntamente com a companheira Manal Bahey El-Din Hassan, os abusos da ditadura egípcia, tornando-se uma figura central do ativismo político no país. A partir da Primavera Árabe e da Revolução da Praça Tahrir, as autoridades egípcias tentaram silenciá-lo, à sua família e dezenas de milhares de outros ativistas com prisões ilegais, em condições desumanas.

Durante anos, Alaa não pôde sair da cela, saber as horas, ou ter acesso a qualquer informação do mundo exterior, incluindo ao seu filho, Khaled, com 10 anos. “O crime dele, como o de milhões de jovens no Egito e noutros lugares, foi acreditar que um outro mundo era possível. Ele teve a coragem de o tentar tornar possível”, escreveu Laila Soueif, mãe de Alaa, matemática, professora universitária e ativista.

Há mais de quatro meses em greve de fome, o estado de saúde de Alaa tem-se deteriorado rapidamente, estando a sua vida em risco. Fazendo nossas as reivindicações de Alaa Abd El-Fattah, exigimos a:

1 - Libertação de todas as pessoas presas nas prisões da Agência de Segurança Nacional ou na sua sede;

2 - Libertação de todas as pessoas que excederam o período de prisão preventiva: 6 meses para aquelas acusadas de contra-ordenações, 18 meses para aquelas acusadas de crimes, e 24 meses para aquelas

que podem enfrentar prisão perpétua ou pena de morte;

3 - Libertação de todas as pessoas que foram sentenciadas inconstitucionalmente (de acordo com a nova Constituição), como aquelas que foram acusadas de publicar conteúdo ilegal, ou acusadas em tribunais de emergência;

4 - Absolvição ou liberdade condicional para todas as pessoas condenadas em casos onde não haja vítimas.

O Egito será também o palco da COP27 (Conference of the Parties), onde representantes políticos de todo o mundo se reunirão para discutir a crise climática e o futuro da humanidade. Tal como aconteceu em edições passadas, a conferência tem servido para adiar a tomada de decisões que resolvam a crise em que nos encontramos, distraindo-nos com pequenas insignificantes propostas. Enquanto isso, o regime de Sisi utiliza esta conferência para se vangloriar pelo seu papel ambientalista: "Acredito profundamente que a COP27 é uma oportunidade para demonstrar a nossa união contra uma ameaça existencial que apenas podemos ultrapassar através de uma ação concertada e a sua implementação efectiva", escreve o presidente do Egito no site da COP27. Por tudo isto, exigimos também o boicote à COP27 de novembro.

Ao 157.° dia de greve de fome de Alaa Abd El-Fattah, segunda-feira, 5 de setembro, juntamo-nos às 18h30, no Largo do Intendente, em Lisboa, pela sua libertação e o fim das prisões políticas no Egito.

"You Have Not Yet Been Defeated". Open letter calling for the immediate release of Alaa Abd El-Fattah's and of all political prisoners in Egypt

Alaa Abd El-Fattah is a writer, activist, software programmer, Egyptian-British citizen and one of more than 60,000 political prisoners in Egypt. Illegally imprisoned, subjected to inhumane treatment and torture, he has been on hunger strike since April 2nd, 2022.

Alaa has spent the greater part of the last decade behind bars. In December 2021, he was sentenced to 5 years in prison, accused of disseminating false news. Alaa is not the only one: Abdul Fatah Al-Sisi's authoritarian regime systemically detains, imprisons and tortures thousands of dissidents. At the moment, it is estimated that Egypt holds over 60,000 political prisoners, and ranks as the third country with the highest number of jailed journalists in the world.

In collaboration with his wife Manal Bahey El-Din Hassan, Alaa has documented the violations of the Egyptian dictatorship since the 2000s. Throughout the years, he has become a key figure in political activism in the country. After the Arab Spring and the 2011 Egyptian Revolution, Egyptian authorities attempted to silence Alaa, his family and tens of thousands of other activists in state security prisons, facing inhumane conditions.

For years, Alaa was unable to leave his cell, unaware of the time, without access to any information about the outside world, including news of his son, Khaled, who is now 10 years old. "His crime is that, like millions of young people in Egypt and far beyond, he believed another world was possible. And he dared to try to make it happen," wrote Laila Soueif, Alaa's mother, a mathematician, university professor and activist.

After more than four months on hunger strike, Alaa's health is quickly deteriorating and his life is at serious risk. Reiterating Alaa's demands, we demand:

1. To release all those who are imprisoned within National Security prisons/headquarters;

2. To release all those who have exceeded their pre-trial detention periods: 6 months for those charged with misdemeanors, 18 months for those charged with crimes, and 24 months for those charged with life sentences or the death penalty;

3. To release all those who have been sentenced unconstitutionally (according to the new constitution) like those charged for publishing, or those charged in emergency courts;

4. The pardon or conditional release for all those convicted in cases where there is no victim.

In November, Egypt will host COP27 (2022 United Nations Climate Change Conference), where political representatives from all over the world will meet to discuss the climate crisis and the future of humanity. As in previous editions, the conference is serving to further delay critical decision-making to agree on solutions to our current crisis, and distracting us with small, insignificant proposals. Sisi's regime is using this conference to greenwash their humanitarian crimes. He is quoted on the event's official website, stating: "I deeply believe that COP27 is an opportunity to showcase unity against an existential threat that we can only overcome through concerted action and effective implementation." Therefore, we call for the boycott of COP27.

On Monday, September 5th, Alaa's 157th day on hunger strike, we will gather at 18:30, at Largo do Intendente in Lisbon, calling for the immediate release of Alaa and of all political prisoners in Egypt.

Disponível em inglês e árabe aqui

Assinam esta carta (por ordem alfabética):

Undersigned by (in alphabetical order):

(الموقعون: (حسب الترتيب الأبجدي

- Adam Mahler, escritor e tradutor
- Adriana Azevedo, engenheira
- Afonso Queiró, assistente social
- Airton Cesar Monteiro, social media manager
- Alaa Alhariri, arquiteta
- Alexandra Vieira, professora e ativista
- Alexandra Lucas Coelho, escritora
- Amit singh, Phd student
- Ana Cláudia Jesus, bióloga
- Ana Gomes, diplomata aposentada, ex MEP (2004-2019)
- Ana Paula Cruz, médica
- Ana Rita Alves, antropóloga
- Ana Margarida Antunes, professora
- Ana Naomi de Sousa, jornalista
- Ana Santos, activista e trabalhadora de ONG
- Andreia Brito, Estudante
- Ângela Sobrinho, advogada
- ANSOL - Associação Nacional para o Software Livre
- António Baptista da Silva, jornalista aposentado
- António Eloy, escritor
- António Marujo, jornalista
- António Pedro Dores, professor universitário
- Associação de Amizade Portugal-Sahara Ocidental (AAPSO)
- Arianna Borelli, médica e ativista
- Bárbara Rosa, jurista
- Bárbara Silva, analista
- Beatriz Geada, produtora
- Beatriz Granado, designer

- Bernardo Afonso, músico
- Bernardo Varanda Prates, Java developer
- Camila Cameira, engenheira química e ativista
- Camila Lobo, investigadora
- Carla Fernandes, jornalista
- Carolina Monteiro, estudante
- Carolina Piçarra, investigadora
- Carolina Salgueiro Pereira, ativista e empreendedora social
- Catarina Almeida Rocha e Sá
- Catarina Oliveira, estudante
- Catarina Oliva Teles, Engenheira Mecanica
- Catarina Soares Barbosa, designer
- Catarina Vasconcelos, realizadora e designer
- Cátia Seabra, médica e associada da UMAR
- Claraluz Keiser, gestora de projeto, urbanista-geógrafa
- CIVITAS Braga - Associação para a Defesa e Promoção dos Direitos dos Cidadãos
- Climáximo
- Comité de Solidariedade com a Palestina
- Cristina Jorge, funcionária pública
- Cristiana Pinho, Psicóloga
- Daniela Jorge Ayoub, investigadora
- Daniel Oliveira, jornalista
- Daria Yakusheva, illustrator
- David Dias Paixão, músico
- Dima Mohammed, investigadora
- Diana Marina Dias Andringa, jornalista
- Diana Oliveira, estudante
- Diogo Faro, humorista
- Duarte Lobo Figueiredo
- Eduarda Pinto, atriz
- Eliana Tsybikova, 3D Artist
- Fabian Figueiredo, sociólogo e dirigente do Bloco de Esquerda
- Fernanda Câncio, jornalista
- Filipa Estêvão, farmacêutica
- Filipa Milhais e Sousa, arquitecta
- Filipa Perestrello, Funcionária Pública
- Francisca Gorjão Henriques
- Francisca Silva, investigadora
- Francisco Lisboa, Estudante
- Francisco Martins, músico e professor
- Francisco Teixeira da Mota, advogado
- Gaia Giuliani, investigadora
- Greve Climática Estudantil Portugal
- Hadil J.S. Ayoub, investigadora
- Hasan Gozlugol
- Hélio Carvalho, jornalista
- Hélio Morais, músico
- Henrique Ribeiro, professor universitário
- Colectivo Humans Before Borders
- Inês Amado, jornalista
- Inês Armada Brás, gestora comercial
- Inês Cisneiros, advogada
- Inês Cortez, copywriter
- Inês Filipa Valinho Ribeiro Soares, atriz
- Inês Godinho, advogada
- Inês Tomé, freelancer

- Isabel Morais
- Jamila Camará, ativista, estudante
- Janica Ndela
- Joacine Katar Moreira, historiadora
- Joana Batista, designer
- Joana Gonçalves de Sá, cientista
- Joana Marques de Matos, estudante
- Joana Torgal, arquitecta
- Joana Villaverde, artista plástica
- João Barros, jornalista
- João Borralho, investigador
- João Caçador, músico
- João Fanha, economista
- João Mak Duarte, estrategista
- João Martins, arquiteto
- João Tibério, copywriter
- João Vasconcelos Didelet, estudante
- Jorge Escórcio de Almeida
- José Cortez
- José Falcão, reformado da CP, SOS Racismo
- José Torres, Designer Gráfico
- Juan Branco, advogado
- Juliana Graffunder, estudante
- Juliana Senra, jurista
- Leonor Caldeira, advogada
- Leonor de Oliveira, psicóloga clínica
- Lia Mendes
- Lila Tiago, artista
- Lúcia Gomes, advogada
- Luísa Teotónio Pereira, reformada
- Luís Eusébio, copywriter
- Luís Nuno Barbosa, investigador e activista
- Luís Soares Barbosa, professor universitário
- Luís Sousa Ferreira, programador cultural
- Luísa Dornelas, médica
- Luiz Renato Sant'Anna Moreira, desenhador técnico e estampador de tecidos
- Luzia Lambuça, estudante
- Madalena Galrinho, estudante
- Mafalda Corvacho, médica psiquiatra
- Maria Francisca Gonçalves, estudante
- Mafalda Matias, ativista
- Manuel Pinto, investigador e jornalista
- Manuel Ruiz, actor e ativista
- Margarida David Cardoso, jornalista
- Maria Almeida, jornalista
- Maria da Soledade Pereira Malhó, secretário-geral
- Maria Durão, artista plástica
- Maria Escaja, promotora discográfica e deputada municipal
- Maria Francisca Gonçalves, estudante
- Maria Gil, atriz
- Maria Helena Martinho, professora
- Maria Isabel Silva de Sousa Martinho, médica
- Maria Lobo, revisora
- Mário Pequeno Inocêncio, funcionário público
- Maria Pinheiro, assistente social
- Maria Vlachou, gestora cultural

- Mariana Branco Varanda da Silva Galrinho, programmer
- Mariana Costa, assistente social
- Mariana da Silva Mesquita, enfermeira
- Mariana Ferreira, project manager & activist
- Mariana Paganote Dornellas, investigadora
- Mariana Romão, artista
- Marília Laranjeira, professora
- Mário Pequeno Inocêncio, funcionário público
- Marisa Matias, eurodeputada pelo Bloco de Esquerda
- Marta Vidal, jornalista
- Matilde Alvim, ativista por justiça climática
- Matilde Trigueiros, professora
- Miguel Carvalho, jornalista
- Miguel Cruz, designer
- Miguel Duarte, ativista
- Miguel Tasso, assessor de imprensa
- Miriam Sabjaly, jurista
- Mourana Monteiro, gestora de projetos Erasmus+ e activista
- Natália Fernandes, professora na Universidade do Minho
- Nuno Viegas, jornalista
- Omar Ayoub, Engineer
- Onome Akpogheneta, investigadora
- Oriana Fernandes, massagista
- Patrícia Alexandra Coutinho Alcoforado, operadora de parafarmacia
- Patrícia Carreira, encenadora
- Patrícia Cruz, Cidadã
- Patrícia Daniela Ferreira Costa, estudante e ativista
- Paulo Pena, jornalista
- Pedro A. Neto, diretor executivo da Amnistia Internacional
- Pedro Filipe Soares, deputado e presidente do G. P. do Bloco de Esquerda
- Pedro Frias, médico Psiquiatra
- Pedro Miguel Santos, jornalista
- Pedro Pedrosa, activista
- Pedro Pereira, engenheiro
- Rafaela Cortez, jornalista
- Rafaela Neves, socióloga e ativista
- Raquel Pinto, designer gráfica
- Rebeca Csalog, antropóloga
- Ricardo Cabral Fernandes, jornalista
- Ricardo Esteves Ribeiro, jornalista
- Ricardo Gouveia, arquitecto
- Ricardo Lafuente, designer e ativista
- Ricardo Robles Zamarripa, abogado e candidato a doutor em Direitos Humanos
- Rita Gaspar, designer
- Rodrigo Rivera, consultor
- Rosie Morgan-Stuart, trabalhadora de ONG
- Rúben Mendes, vice-presidente da ANSOL
- Rui André Soares, jornalista
- Saleem Haddad, escritor
- Sanaa Mohrram, reformada
- Sedrick de Carvalho, jornalista e activista
- Serene Issa, colorista
- Shady Issa, software engineer
- Shahd Wadi, investigadora
- Sila Santos, funcionaria publica
- Sofia da Palma Rodrigues, jornalista

- Sofia Lorena, jornalista
- Sofia Lopes, estudante e ativista
- Susana Alexandre, enfermeira e ativista
- Susana C. Gaspar, artista, professora e ativista
- Susana Pipa, médica
- The Revolution will not happen on your Screen
- Tatiana Mendes, feminista e técnica na área de educação
- Tiago Alexandre Pinto Araújo
- Tiago Carrondo, presidente da ANSOL
- Tiago Loureiros, web developer
- Tiago Vinagre de Castro, Bolseiro de doutoramento em Sociologia - Cidades e Culturas Urbanas (CES, UC)
- Teresa Amorim, criminóloga e mestranda em Crime, Diferença e Desigualdade
- Vânia Alves, lojista, mestranda em Sociologia do Género e da Sexualidade

Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

en Reflection Original Anti-Colonialism

Enforced Disappearance: Impact, Inaction and Activism

AN Original

2022-08-30

By Ram Kumar Bhandari

Living in ambiguity is deeply painful for everyone who loses a family member in whatever circumstances of his or her journey of life. It is a human tragedy to live in a state of ambiguity. When my father was forcibly detained and disappeared during Nepal's armed conflict (1996 - 2006) in 2001, never to be heard from again, my family tragedy destroyed my whole universe. Like myself, hundreds of thousands of families miss their relatives and remember them everyday as the search continues. "I remember my son every moment and every day. He is near and I never forget; it is not only an absence of my son but more importantly a right to life and right to know of his forced disappearance," says Moti Maya, a mother whose son was forcibly disappeared during Nepal's armed conflict. Every family, community and the nation remember the disappeared relatives. Each family member suffers everyday and the state authorities are not listening to their voices. Every year, as part of the global movement against enforced disappearances, we, family members, commemorate the Day Against Enforced Disappearance. We raise up the voices of families affected by enforced disappearance, express solidarity with the struggle for justice worldwide, and remember our beloved family members who were forcibly taken away from their workplace, home, communities and never seen again.

Families are left with a series of unending questions: Why has the state failed to address the families' demands for truth and justice? Why does the state repeatedly fail to deliver justice and punish the perpetrators? Why has it failed to criminalize enforced disappearance as a crime against humanity? Why did innocent citizens and political activists disappear and never come back? Why is the state unable to say whether they are 'dead' or 'alive'? How long should the families wait for the truth and justice?

If states don't answer these questions they will have failed their responsibility towards the families as citizens. They must be held accountable for their abuse of powers for the cost of human loss and for letting the thousands of families wait for nothing for so long. It's a big tragedy against human dignity and an additional pain in our life and history. Argentinians writer Julio Cortazar (1981) writes that "*It is necessary to maintain in an obstinate present, with all its blood and all its disrepute, something that it's already being made to enter the comfortable world of oblivion; it is necessary to continue considering as alive those that perhaps are not but that we have the obligation of claiming, one by one, until the answer finally shows the truth that today it is intended to be hidden*." Government and the concerned agencies must listen to the families' demand for truth –"the right to know" and the serious episode of enforced disappearances of painful past must be resolved with a guarantee of non-repetition; that nobody will face such situation in the future or be deprived from 'the right to life'.

The culture of dishonesty and continuing silence exacerbate the social harms and damage the reconciliation process and chances of a sustainable future. Rather than hiding the truth, we must think

about absence and remember the disappeared, keeping memories alive, and document our history of oppression for the next generation. With no acceptance of guilt or punishment for the numerous human rights abuses committed by both state and not state actors against ordinary citizens, there can be no national healing, or collective progress. Citizens must be able to trust that their government and officials will act in accordance with and uphold the law, and protect all citizens from harm.

The denial of past crimes perpetuated by the state or non-state actors is not only unjust, but dangerous. This deliberate ignorance is an insult to the thousands of disappeared and their families, as well to a nation that claims to be governed by the rule of law. By refusing to acknowledge crimes committed during the civil war, political parties show that they are not serious about dealing with the past, nor addressing needs of the surviving families. It is an attempt to rewrite history by excluding those who have suffered the most, denying not only victims' right to justice but also their contribution to the struggle for changes. When families and relatives of victims can't trust the state to hear their voices and respect their concerns, they may consider revenge or revolt as a way to reclaim their rights and dignity. It is an opportunity to shift from a culture of ignorance to a new culture of solidarity and dignity.

The campaign for the right to the truth about enforced disappearances began in Latin America in the 1980s. The UN Working Group on Enforced or Involuntary Disappearances and the Inter-American Commission on Human Rights began to assert a right to the truth concerning the disappeared based on Article (32) of the 1977 Additional Protocol to the 1949 Geneva Conventions, which identified "the right of families to know the fate of their relatives" in the context of armed conflict. Victims, the relatives of the disappeared, have the non-derogable right to know the truth about the circumstances in which violations took place and, in the event of death or disappearance, the victim's fate. There is an obligation in international law for the State to remember the past and to avoid denial or revisionism that includes a duty on the State to clarify the truth about past events and the history of violations, not least in order to avoid recurrence. International Covenant on Civil and Political Rights (ICCPR) commits to assure *the right to life* (Article 6.1), to prevent from *torture or inhumane treatment* (Article 7), to provide liberty and security (Article 9), right to recognition as a person before the law (Article 9) and to provide *effective remedy* (Article 2.3) to the victims and families. However, the international law and mechanisms fail the wider demands of justice, needs, aspirations and hopes of victims of enforced disappearance.

For the sake of the truth

The right to truth is known as an 'autonomous' right. The victims' right to know the fate of relatives stands in addition to their right to justice. The right to truth also has the character of a 'collective' right, meaning it is also articulated as a society's right to know the history of its own oppression. The armed conflict involves direct acts of violence, but wars leave social, political and economic legacies that linger long - what victims still face today in ongoing conflicts and the aftermath of conflict. How long should the victims of political violations and human rights abuses wait for the truth?

The end of 20th century has been lost to conflict and post-conflict transitional efforts, but hundreds of thousands of citizens' whereabouts are still unknown resulting in frustration and anger without an answer. The dark night of the disappeared still exists, the long list of disappeared continues, whose lives have been stolen from their families and communities. The endless suffering of the families and their passion to know the truth is sadly waning. Living with ambiguity, the disappearance is one of the most devastating tragedies a family could ever endure. The right to life of every person should be protected and the victim rights must be guaranteed in order to effectively rebuild a human society.

The disappearance of person is not only a loss of precious life and dignity, but a lost history of our time that destroyed an individual, family and social life of many. Let's remember those disappeared in every step, we family members never forget until our last breath, the struggle for justice continues and we never ever give up our fight against injustices.

Ram Kumar Bhandari is a justice advocate. He has over fifteen years of experience working with marginalized communities, in particular the families of the disappeared victims and survivors of conflict, ex-combatant youth, ethnic minorities, rural youth, and women's groups. Ram helped launch a

community radio station in Nepal, the Network of Families of the Disappeared (NEFAD) and recently International Network of Victims and Survivors of Serious Human Rights Abuses (INOVAS). He has also submitted petitions to the UN Human Rights Committee, the UN Working Group on Enforced or Involuntary Disappearances, and the Nepali Supreme Court. Ram has written extensively on victims' rights, disappearance, transitional justice and nonviolent conflict in English and Nepali.

Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

en Reflection Original Anti-Colonialism

Parliamenting as an alternative to populist politics

AN Original - UNPOP Series

2022-08-30

By Uros Ugarkovic

One of the principal controversies surrounding the phenomenon of populism, which spark lively political and academic debates, concerns its relation with the category of democracy. The empirically oriented political scientific literature seems to suggest that populism, particularly populism in power, tends to be detrimental to what can be constructed and perceived as the quality of democracy. The conclusion that populism is detrimental to democracy, however, leaves us exposed to the question of how can populism, with its insistence on the sovereignty of the people, be detrimental to democracy being that the popular sovereignty, *kratos of demos*, is the core democratic principle.

One way of understanding the relationship between democracy and populism entails distinguishing between what could be called politics of democracy and democratic politics. Politics of democracy refers to the use of the category of democracy in the political struggle, that is, its construction and application to a particular political project with the aim of praising or disqualifying it. One can easily identify instances of this phenomenon. Western political leaders' critique of Erdogan's regime for being undemocratic are countered by Erdogan's insistence that Turkish regime is more democratic than regimes of those who critique it. In Hungary, Orban counters similar critique by claiming that his regime is an instance of democracy freed from shackles of liberalism, while accusing the west, and the European Union in particular, of absolutism.

Democratic politics, on the other hand, refers to all politics done within the democratic symbolic framework, which implies the legitimation of the political agency by the reference to the sovereign people. Populism, in this view, would certainly be a form of democratic politics. Its principal characteristic, however, which makes it a particular form of democratic politics, is antagonism. Populism is an antagonistic form of democratic politics, for it implies the construction of the sovereign people in opposition to the antagonistic 'other', be it the elite or else, thus dichotomizing the political field and externalizing a part of the society from such understood popular subject. It is precisely the antagonism and its inherent antagonistic drive, not the reference to the people itself, that accounts for many of the detrimental effects associated with populism. Populism, therefore, is characterized not by the fact that it refers to the people as the ultimate source of political legitimacy, but rather by how, in doing so, it constructs the people as the sovereign entity.

This thesis leads us to the question of populism's opposite. What concept should we use to refer to the non-populist, non-antagonistic form of democratic politics? The academic literature tends to contrast populism with political liberalism. Although there is no doubt that there exists a series of incompatibilities between populism and political liberalism, framing the two as a pair of opposites can certainly raise objections due to the difference in the nature of the two phenomena. Populism is of a

formal nature, as it represents a form of understanding and doing politics – a 'political logic' as the so-called Essex tradition characterizes it – which is very different from political ideologies such as liberalism. Political logics refer to the formal aspect of a political project which can have different sorts of ideological and programmatic content. A political project is not populist because it forwards populism, but rather because it forwards its ideological and programmatic principles in a populist way. Populism, in this sense, is recognizable in the discursive frame a political project uses to articulate its content which, as we can appreciate in the empirical reality, can be based in ideologies from across the ideological spectrum.

The literature offers another, counter-intuitive yet interesting answer to the aforementioned question: parliamentarism. This answer does not seem to be acknowledged and systematically considered by politics and populism scholars as much as it should be. Clearly, parliamentarism is hereby not understood in the narrow sense as the parliamentary institutional system, but rather as a form of understanding, approaching, and practicing politics, that is, as an ideal type of acting and thinking politically. Parliamentarism is based on the assumption of the intrinsic and irreducible social heterogeneity and pluralism of identities, demands, and interests, and implies equalizing the limits of the sovereign people with the limits of the intrinsically heterogeneous society. The political decision-making within such understood popular subject should be based on the process of free and fair deliberation in *utramque partem* – observing and discussing an issue from different points of view - between the representatives of the social heterogeneity. Unlike populism, which tends to reify an 'existing' uniform popular will which precedes the debate and can be imposed on those antagonistic others who, although form a part of the society, are excluded from the notion of people, parliamentarism resists the idea of searching for a commonly accepted consensus on the rationally and objectively best way to organize the social life. Indeed, the existence of such consensus would be nothing but an indicator of hegemony of one particular narrative. The intrinsic social heterogeneity implies the plurality of perspectives, values, and the criteria for evaluation of desirability of certain modes of social organization, which makes the deliberation in *utramque partem* a *sine qua non* of parliamentarism. Populism and parliamentarism as two contentious political logics, therefore, imply two radically different forms of the construction of the people, dealing with the political differences and approaching the 'other', as well as political decision-making in the context of the intrinsic and irreducible social heterogeneity.

Understanding parliamentarism as a form of acting and thinking politically might initially seem counterintuitive, for the term itself is still most commonly associated with the parliamentary institutional system. Yet, using the concept of parliamentarism to refer to an ideal type of acting and thinking politically might not be such a radical conceptual innovation after all. We just need to take a closer look at the political discourse around us. As a foreigner living in Chile, a country with the presidential system whose legislative body consists of the chambers called the congress and the senate, it has caught my attention that the political agents from across the political spectrum on particular occasions use the verb to *parliament* (parlamentar) in order to refer to a particular form of interaction with political adversaries. The fact that the verb *parlamentar* is not at all a commonly used term in the every-day parlance indicates the conscious and intentional character of its use in the political discourse. Political agents using it seem to have found that the verb to *parliament* transmits a specific meaning which is different from the one transmitted by the terms such as to discuss, debate, talk, or negotiate. Unlike debating, which implies defending one's own argumentative position, or negotiating, which implies acting from one's own position in a process of give-and-take leading to a mutually acceptable compromise, parliamenting implies the willingness to go beyond the strict adherence to one's ideological or partisan positions and engage in a deliberation in *utramque partem*, which entails discussing an issue from different points of view in order to come to a decision which would seem to be most pertinent within the given set of circumstances. Parliamentarism, as in the parliamentary form of thinking and practicing politics, is not an uncommon notion in the political discourse. However, it is not systematically problematized as such by the mainstream academic literature. Perhaps it should be.

pt Reflexão Original Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

You Have Not Yet Been Defeated: 136 dias em greve de fome

AN Original

2022-08-20

Por Alaa Abd el-Fattah, Daniela Silvestre Jorge Ayoub

Este artigo faz parte de uma série de traduções que serão publicadas com o objetivo de gerar solidariedade com o egípcio-britânico programador, intelectual, escritor, revolucionário, marido, pai (entre muitos outros papéis), Alaa Abd el-Fattah, na sua luta de libertação sob a opressão violenta do regime vingativo do General Abdel Fattah el-Sisi. 16 de Agosto de 2022, marca 137 dias desde que Alaa entrou em greve de fome em protesto contra as medidas ilegais implementadas pelas forças de segurança durante o seu encarceramento. A Amnistia Internacional considera Alaa um prisioneiro de consciência.

A seguinte tradução é um extrato do 6º artigo do seu livro You Have Not Been Defeated (Ainda Não Foste Vencido). O texto foi escrito em 2011 ao longo de uma detenção de dois meses, durante a qual o seu filho Khaled - a quem o título do artigo *Meia Hora com Khaled* se refere - nasceu sem a presença do seu pai. #FreeAlaa

Excerto de *Meia Hora com Khaled*

Precisamos de estar vigilantes: eles não nos matam para restaurar o estado deles, mas porque matar e prender são comportamentos normais no seu estado. Sim, comportamento normal. É que nos enganamos a nós próprios. Não foi só a polícia deles que nos enganou; será que os reitores das suas faculdades não participaram no atropelamento dos nossos filhos?[1] Não fomos maltratados pelas padarias e pelos depósitos de gás do seu estado? Pelos ferries e pelos portos do seu estado? Não fomos prejudicados pela sua roda de produção que desperdiça milhões de dólares no diretor e no consultor - mesmo quando estão parados - mas não podemos poupar uma migalha para o trabalhador quando se vira? Não fomos enganados pela sua economia que fecha as fábricas têxteis enquanto o algodão fica amontoado na casa do agricultor, mas mantém a fábrica de fertilizantes a verter veneno na nossa água? Não fomos nós prejudicados pelos seus clubes de futebol que deixam a segurança brutalizar os adeptos por aplaudirem demasiado alto, mas intervirem para proteger os jogadores quando levantam os braços? Fomos injustamente afetados por todas as suas instituições e por todos os seus líderes e amanhã seremos enganados pelo seu parlamento e pelo seu presidente.

Nunca poderia imaginar que o meu coração carregasse todo o amor que rebentou com o nascimento do Khaled, como poderia imaginar a angústia no coração do pai de um mártir? Meu Deus, mas como pode ser tão cruel? Enterrar o seu filho, em vez de enterrar o seu pai - haverá uma injustiça maior? Um desequilíbrio pior? Enganamo-nos a nós próprios e fingimos que é excecional, que é possível reformar o Estado - mas a evidência mostra-nos a sua regularidade, e que não há esperança a não ser a queda desse Estado. Sim, o seu estado tem de cair. Temos medo de o enfrentar, medo pelo país, caso o Estado caia. Se a Praça [Praça Tahrir] derrubar o Estado - o que nos resta? O Egipto não é a Praça!

É verdade que o Egipto não é a praça. Mas nós não compreendemos a praça. O que é que fazemos na praça? Bem, reunimo-nos, comemos, dormimos, falamos, rezamos, cantamos, gastamos energia e ideias para nos sustentarmos, alegramo-nos num casamento e choramos num funeral, expressamos as nossas ideias, os nossos sonhos, as nossas identidades, discutimos por vezes, por vezes estamos perdidos e confusos, procuramos o futuro, passamos cada dia que passa sem saber o que o futuro nos esconde.

Não é isto que fazemos fora da praça? Nada é excecional na praça, exceto a nossa união. Fora da praça, somos felizes num casamento porque conhecemos os noivos, na praça ficamos felizes com a felicidade de desconhecidos. Fora da praça, lamentamos um funeral porque conhecemos o falecido, na praça rezamos por desconhecidos. Nada é novo na praça, exceto que nos rodeamos do amor de pessoas desconhecidas. Mas o amor de desconhecidos não é exclusivo da praça - centenas enviaram-me mensagens de amor por Khaled fora da praça, mesmo alguns membros auto-descritivos do Partido do Sofá.[2] Milhões sofreram pelo mártir em todas as casas do Egipto.

Alegramo-nos num casamento porque é um casamento. Choramos num funeral porque é morte. Amamos o recém-nascido porque ele é humano e porque é egípcio. Os nossos corações partem-se pelo mártir porque ele é humano e porque ele é egípcio. Vamos à praça para descobrir que amamos a vida fora dela, e para descobrir que o nosso amor pela vida é resistência. Corremos em direção das balas porque amamos a vida, e caminhamos para a prisão porque amamos a liberdade.

Amamos o país e é por ele que vivemos; o que celebramos e o que lamentamos. Se o estado cair, permanecerá além de apenas a praça - haverá o amor de pessoas desconhecidas, haverá tudo o que nos levou à praça, e tudo o que aprendemos lá. O amor é Khaled e a tristeza é Khaled e a praça é Khaled e o mártir é Khaled e o país é Khaled. Quanto ao estado deles, é por uma hora. Apenas por uma hora.[3]

Abu Khaled (Pai de Khaled)
Sexta, 9 Dezembro 2011
Cela 6/1, Quartel 4, Prisão de Investigação da Torah
Publicado 19 de Dezembro de 2011 em al-Shorouk

[1]15 de Outubro de 2011: Na Universidade de Mansoura, durante as eleições do Presidente da Universidade, os reitores das faculdades de Artes e Medicina lançaram o seu carro contra os portões da universidade para o local do voto. Os estudantes rodearam o carro, gritando que eram corruptos, deveriam ser impedidos de participar, e que as suas posições como reitores eram ilegítimas. O carro acabou por atropelar a multidão, ferindo quinze estudantes.

[2]Um termo sarcástico que se refere ao que às vezes também é chamado "a maioria silenciosa". O Partido do Sofá são aqueles que formam as suas opiniões políticas através da televisão.

[3]Isto refere-se a um ditado atribuído a Ali ibn Abi Talib: "O estado de injustiça é apenas por uma hora, o estado de retidão é até à hora do julgamento".

EPISTEMOLOGIAS DO SUL
ces Centro de Estudos Sociais Universidade de Coimbra
1 2 9 0 UNIVERSIDADE D COIMBRA
UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Universidade de Coimbra – Alta e Sofia inscrita na Lista do Património Mundial em 2013

Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

pt Reflexão Original Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo

Mar (in)visível: pessoas em situação de rua

AN Original

2022-08-12

Por Marcos Silva

Discute-se acerca da dimensão étnico-racial que atravessa a população em situação de rua nas sociedades contemporâneas, em especial no contexto brasileiro. Vale ressaltar que o contexto da pandemia da Covid-19, atravessou de forma significativa esta população. A Covid-19 afetou e tem atingido cada pessoa de formas diferentes, isto é, biologicamente, psicologicamente e socialmente, principalmente os grupos sociais mais vulneráveis e racializados (negros, indígenas), idosos, pessoas em situação de rua, dentre outros. Entende-se que estes grupos são os que mais têm sofrido em tempos de pandemia.

A presença do racismo, do preconceito e da discriminação racial como práticas sociais, representa obstáculos à redução das desigualdades, obstáculos que só podem ser ultrapassados com a mobilização de esforços de cunho específico (políticas de ação afirmativa), tendo em vista que o racismo desconstrói o tecido social fundado na prática da justiça. O racismo é estrutural, e abrange desde o institucional, até as microrrelações. O racismo é um sistema de opressão enraizado historicamente que está sendo desafiado por instituições e movimentos sociais comprometidos com os Direitos Humanos, principalmente do Movimento Negro, que sempre lutou para modificar essa situação.

Entende-se que é fundamental a implementação de políticas públicas capazes de dar respostas mais eficientes frente ao grave quadro de desigualdades que assola a sociedade brasileira. Tais políticas apresentam-se como uma exigência na construção de um país com maior justiça social. As desigualdades sociais no país são atravessadas pelo racismo estrutural. O reconhecimento do problema, bem como o compromisso com a construção de soluções está, portanto, explicitamente colocado, é necessário a construção de caminhos e instrumentos que impulsionem a condução desse processo.

Foto: *autor*

O impacto na vida da população negra no Brasil, principalmente daquelas que vivem em situação de rua, pode ser percebido tanto na sua relação direta com as políticas públicas ofertadas, quanto com os serviços e as instituições que deveriam garantir seus direitos fundamentais. Aponta-se que o caminho de enfrentamento ao racismo pelo Estado brasileiro está ainda a ser trilhado, em especial no que tange à saúde, à saúde mental, habitação, emprego, dentre outros, de grupos racializados (negros, indígenas) na sociedade brasileira.

As pessoas em situação de rua, em sua maioria negra, por exemplo, são um grupo populacional vitimas das desigualdades sociais e do racismo estrutural nas sociedades contemporâneas. São pessoas que têm diferentes experiências e vivências e que possuem em comum a pobreza, vínculos afetivos familiares interrompidos, falta de moradia fixa, emprego, local para dormir e higienização e saúde debilitada. No entanto, apesar de grande parte dessas características serem conceituadas no Decreto n.7.053/2009, que institui a «Política Nacional para a População em Situação de Rua», no Brasil, ainda se observa um quadro de desigualdades sociais e raciais, agravadas no contexto atual, principalmente pela pandemia da Covid-19, que assolou diferentes grupos sociais, principalmente as pessoas mais vulneráveis.

Destaca-se que a Assembleia Geral da ONU proclamou o período entre 2015 e 2024, como a Década Internacional de Afrodescendentes, onde os Estados-membros, a sociedade civil e todos os outros atores relevantes tomem medidas eficazes para a implementação do programa de atividades antirracistas de «Reconhecimento», «Justiça» e «Desenvolvimento», por meio de medidas concretas e práticas, propondo e implementando políticas públicas em nível (inter)nacional e local, de quadros jurídicos, políticas e programas de combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata enfrentados por afrodescendentes, entre outras, que os Estados devem tomar medidas para melhorar o acesso a serviços de saúde de qualidade para os afrodescendentes.

Dados divulgados pelo portal Globo de jornalismo, intitulado «Aumenta o número de pessoas em situação de rua no Brasil», derivados de um levantamento feito por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) indicam que a população de rua cresceu no Brasil, em 2022. Nos primeiros cinco meses do ano de 2022, mais de 26 mil novas pessoas foram registradas como em situação de rua, no CadÚnico, o cadastro do governo federal que dá acesso a benefícios sociais. No Brasil, mais de 180 mil pessoas estão nessa situação, como indica o cadastro, no entanto este número pode ser muito maior, considerando pessoas que não são registradas institucionalmente. Ainda segundo informações que constam da reportagem, supracitada, 68% da população em situação de rua são negras.

O Relatório Técnico-Científico que apresenta dados referentes ao fenômeno da população em situação de rua no Brasil, do ano de 2021, já alertava-nos acerca da população em situação de rua, em especial, sobre a reivindicação desta população de inclusão no Censo do IBGE e/ou pela realização de um levantamento nacional e regional sobre o fenômeno da população em situação de rua no Brasil, que é uma antiga e necessária reivindicação, principalmente de movimentos sociais de base no país. Segundo, considerações do Relatório, é fundamental uma base de dados transparente e acessível que permita a compreensão abrangente do fenômeno da população em situação de rua no país. Em texto intitulado «Os invisibilizados da cidade: o estigma da População em Situação de Rua no Rio de Janeiro», Mirna Barros Teixeira e Colaboradores, chamam a atenção para uma população que se encontra inserida em realidades marcadas pela pobreza, violência, racismo e preconceitos de diferentes ordens.

Contexto este que tenho observado ao longo das últimas semanas em pesquisa de campo da cidade do Rio de Janeiro, Brasil, no que tange ao projeto POLITICS que visa aprofundar e inovar o conhecimento e o debate sobre o antirracismo em contextos europeus e latino-americanos. Merece destaque também, o que apresenta ainda o site SP_Invísivel|Brasil, onde captamos que a população em situação de rua não é invisível, mas sim a sua história sim. E toda história merece ser ouvida. É fundamental politicas publicas visando a promoção em saúde, saúde mental, equidade racial e ao combate ao racismo, em especial da população em situação de rua nas sociedades contemporâneas.

Marcos Antonio Batista da Silva - Doutor em Psicologia Social pela PUC-SP. Investigador em pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra (Projeto 725402 - POLITICS - ERC-2016-COG).

es Reflexión Original Anticolonialismo

Agosto, mes de la Pachamama

AN Original

2022-08-03

Por Verónica Córdova

Agosto. Comienza el mes en que la Pachamama despierta hambrienta de su sueño de invierno. Es tiempo de rituales. En el campo, las familias *ch'allan* en los patios las mejores ocas y papas de la cosecha recién terminada. Las comunidades peregrinan a los cerros sagrados para pedirse perdón los unos a los otros y deshacerse de penas y problemas. En las ciudades, los viernes se llenan del humo de los sahumerios. Las tiendas, las oficinas y los mercados encienden hogueras en calles y atrios, mientras las caseras que venden *mesas-dulces* literalmente "hacen su agosto".

Se dice que es el mes de la Pachamama y, muy convenientemente, es también el mes patrio en Bolivia —que quizás, dada esta coincidencia, deberíamos llamar *matrio*. Agosto es un tiempo ambiguo: el invierno está acabando, pero todavía no empieza la primavera. Se recogió la cosecha, pero todavía no estamos listos para la nueva siembra. La ambigüedad nos llena de incertidumbre, pero también de esperanza. Estamos en pausa, esperando todo lo bueno y todo lo malo que pueda llegar en este nuevo ciclo.

Por eso, además de ser tiempo de alimentar a la Pacha, es tiempo de perdonar y de pedir disculpas. Es tiempo de purificar y de limpiar, de poner en orden. Es tiempo de dejar atrás las penas, enterrar los rencores y prepararnos para lo nuevo que comienza. Es tiempo de sacudirse las penas, como arvejas de la falda. Es tiempo de quemar q'oa y hacer ofrendas para que la Pacha nos regale un nuevo ciclo de prosperidad y esperanza.

Pero ¿cómo se puede perdonar, si no ha habido reparación ni justicia?; ¿cómo enterrar las tristezas del pasado, si vemos venir nuevas violencias en el futuro cercano?; ¿cómo purificamos y limpiamos nuestra casa común, si los mismos que la han mancillado siguen buscando nuevas formas de agraviarnos?

Hay una grieta profunda entre nosotros, que cada día se engrosa y se abisma. ¿Dónde estarán los puentes que nos permitan cruzarla? ¿Quién los construirá, con qué materiales, con qué herramientas?

Si algo podemos agradecer del triste ciclo que tratamos de dejar atrás, es que nos ha mostrado con claridad los males que nos aquejan: el racismo, la intolerancia, el egoísmo, la violencia. ¿Con qué inhalaciones, con qué bálsamos o qué emplastes los curamos?

Urge empezar un nuevo ciclo, roturar la tierra para sembrar nuevas semillas. Esperar por lluvias generosas. Nada de eso puede hacerse con el corazón oscuro: hay que peinarse el cabello de raíz a punta, y en cada movimiento ir sacándose los rencores y las penas. Que se vayan, que se alejen, que no vuelvan. Urge subir, todos juntos, al más sagrado de nuestros cerros Achachilas, para abrazarnos y perdonarnos ante los ojos de la Pacha. No creo que este agosto podamos hacerlo. ¿Quizás el próximo año?

Verónica Córdova es cineasta boliviana.

en Reflection Original Anti-Capitalism

Emotional mobilization in Chinese online bottom-up populism

AN Original - UNPOP Series

2022-07-30

By Kun He

The Palace Museum is located in the Forbidden City (center of Beijing). It used to be the palace of the emperors of the Ming (1368-1644) and Qing dynasties (1644-1911) and a symbol of royal power. The Palace Museum is one of the most important historical imperial palaces and world heritage sites in China / Shot by Peiyuan Zhou.

Populism is a buzzword of our time and has attracted the attention of politicians, commentators, and scholars alike. In democratic contexts, populist politics focuses on charismatic leaders, such as Donald Trump in the U.S., Jair Bolsonaro in Brazil, Geert Wields in the Netherlands, and Marine Le Pen in France, etc. Except for these charismatic leaders, we also witness the rise of populist parties, which gradually move from marginalized positions to mainstream politics. Populist politics in democratic contexts can be viewed as a top-down phenomenon in which charismatic leaders and populist parties act as mediators, pitting the people against corrupt elites and established institutions. Except for this top-down understanding of populism, there is also a bottom-up approach to populism, which is demonstrated in social movements, such as the Occupy Movement, the Umbrella Movement, the Arab Spring, and the Indignados Movement. The dynamics between online connective actions and offline collective actions further mobilize the majority of people as underdogs to participate and engage in these bottom-up populist social movements. For example, in the Occupy Movement, the commonly used slogan is "We are the 99%." This slogan attempts to evoke the emotional resonance of normal people as underdogs

who are facing systematic social and economic inequality. Here, people's emotions are stirred by the fact that the gap between the 1% and the 99% is getting bigger and bigger.

Due to the distinctive social-cultural background, the Chinese political system seems relatively "immune" to the rise of populist leaders and populist parties. However, China, indeed, has also witnessed the rise of populism in the past two decades. It is defined as online bottom-up populism. The rise of online bottom-up populism is closely related to the popularity of the internet and digital media. The affordances of digital media provide people an unprecedented channel to express their voices, emotions, discontents, and appeals online. The people, covered by the semi-anonymous features of digital media, become netizens and express their concerns online directly, thus raising further public concerns and public discontent. In online bottom-up populism, the netizens serve as the mediators between the people and the elite, appealing in the name of the people. This distinctive bottom-up nature of Chinese populism offers a novel perspective on populism, particularly in the context of digitalization and platformization, both of which are driving forces in today's world.

Online populist protests in China do not depend on resource mobilization or political opportunities, but on emotional mobilization. Emotional mobilization here refers to the process of organizing collective activism by contentious groups who experience the same issues of social injustice, economic inequality, arousing public sense of grievance, indignation, and relative deprivation. In contrast to bottom-up populist social movements in democratic contexts, populist protests in China are limited to online, as offline movements are normally under strict restrictions. As a consequence, emotional mobilization has become an important strategy for online populist protests. As Guobin Yang argues, the emergence of online protests is a process of emotional mobilization, which heavily depends on "those expressive forms and content that may produce among internet users such emotional responses as joy, laughter, anger, sadness, and sympathy."
The aim of emotional mobilization is to stir up the emotions of "disadvantaged" groups and create a unified group feeling in order to get netizens to do or get involved in a certain act, like reposting, commenting, or advocating for official investigations to be open and accountable to the public.

Indignation is one of the main emotions that drives people to engage in online populist protests in China. The widening gaps between the rich and the poor, the powerful and the powerless, the privileged and the underprivileged, evoke people's indignation towards the corrupt elite. For example, on January 17, 2020, a Sina Weibo user posted several photos, posing in front of a luxury car inside the Palace Museum (center of Beijing) with the flaunting words, "On Monday, the Palace Museum was closed, so I hurried over, hid from the crowds, and went to play in the Palace Museum." The Palace Museum, as one of the most important historical heritage sites, has banned vehicles from entering its grounds since 2013 and is closed for routine maintenance on Monday. The woman violated the car-driving ban, which is in sharp contrast to another incident that occurred in 2013 when the former French President Francois Hollande and his girlfriend visited the Palace Museum and their car was stopped from entering its grounds. Shan Jixiang, who was the curator of the Palace Museum at the time, explained that the car-driving ban was a matter of cultural dignity. He pointed out that the Buckingham Palace in the United Kingdom and the Versailles Palace in France both prohibit cars from entering their grounds.

The woman driver's post soon went viral, and the flaunting behaviour ignited public discontent and indignation. This is an exemplar online populist case in China as it allows us to explore how netizens' online connective actions and how their discourse pitted against the rich, privileged elites builds pressure. In order to mobilize more people to participate in an online protest against the privileged elite group, netizens connectively exposed the personal background of the woman driver. As more background was exposed, such as that she failed in her master's degree defense, resigned from Air China as an employee, and owns a luxury mansion in the United States, netizens became more indignant towards the corrupt elites. The narrative outlined how a member of the rich elite, who is not well educated and not hardworking, has the privilege of visiting the Palace Museum on Monday with a luxury car, while normal people have to get in by waiting in a long queue on working days. This sharp contrast sets off a public outcry and forms an emotional antagonism. Despite the Palace Museum responded quickly, informing that stricter management will be implemented to prevent similar incidents from happening again. This vague response fueled more public indignation, as it failed to address public concerns. Why was she allowed to drive into the Palace Museum? Is this a loophole in management or a flaunting of privilege?

Online bottom-up populist protests in China serve as a “pressure valve,” allowing the people as underdogs to express their indignation and concerns about key social issues, as this may release the pressure of Chinese “social volcano.” In particular, the punishment of the culpable elites, to some extent, assuages and compensates for public indignation. The punishment of individualized corrupt elites comforts and compensates public indignation, avoiding online populist protests’ appeal for institutional changes. In this case, in order to calm public outrage, the curator of the Palace Museum apologized to the public and said two senior managers were suspended for investigation. Once the public's emotional demands have been partially satisfied, online populist protests will gradually calm down.

Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

pt Reflexão Original Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo

You Have Not Yet Been Defeated: 110 dias em greve de fome

AN Original

2022-07-20

Por Alaa Abd el-Fattah, Daniela Silvestre Jorge Ayoub

Este artigo faz parte de uma série de traduções que serão publicadas com o objetivo de gerar solidariedade com o egípcio-britânico programador, intelectual, escritor, revolucionário, marido, pai (entre muitos outros papéis), Alaa Abd el-Fattah, na sua luta de libertação sob a opressão violenta do regime vingativo do General Abdel Fattah el-Sisi.

Alaa tem estado preso repetidamente desde 2006. Em 2019 Alaa e o seu advogado foram condenados a 5 anos de prisão, acusados de "espalhar falsas notícias que comprometem a segurança nacional". Inspirado pelas greves de fome dos presos políticos palestinianos, 20 de Julho de 2022, marca 110 dias desde que Alaa entrou em greve de fome em protesto contra as medidas ilegais implementadas pelas forças de segurança durante o seu encarceramento. A Amnistia Internacional considera Alaa um prisioneiro de consciência.

Ao longo do seu encarceramento, amigos, família, e camaradas correram enormes riscos ao garantir que ele não fosse silenciado - entre transcrever de memória os seus testemunhos em tribunais e mensagens transmitidas através de celas prisionais, até editar e traduzir as suas palavras para inglês - muitas pessoas demonstraram imensa coragem para que pudéssemos refletir sobre as suas experiências e pensamentos. Estes esforços e riscos extraordinários levaram à publicação do seu livro: You Have Not Been Defeated (Ainda Não Foste Vencido). O título transmite uma mensagem explícita aos leitores de diferentes contextos políticos: independentemente das quedas que tenhamos sofrido, é nosso dever de recalibrar a nossa visão política e avançar com seriedade intelectual. #FreeAlaa

DISCURSO DE ABERTURA DE RIGHTSCON 2011

Alaa viajou para a Califórnia para dar uma palestra na conferência RightsCon em Silicon Valley, a qual faz em inglês. Durante a sua estadia, soube que tinha sido convocado pelo procurador militar.

Olá. Deixem-me apenas dedicar trinta segundos fora do tópico para falar sobre justiça extraordinária, que é o que eu vou enfrentar, Procuradores Militares. Obviamente, não há um processo justo. A população civil não deveria ter de lidar com isso. Peço-vos que encontrem formas de solidariedade com quem esteja a encarar a justiça extraordinária. Já tiveram a vossa parte com os detidos de Guantánamo aqui neste país. Portanto, quem se preocupa com os direitos humanos, sabe como é, e sabe porque é importante. Há cerca de 12.000 cidadãos no Egipto que se encontram em prisões militares. Alguns deles por participarem na revolução que os militares fingem ter protegido e defendido, outros por ofensas muito menores. Na sua maioria, foram detidos arbitrariamente perto de grandes eventos em que foram os militares que cometeram os crimes e não a população civil. Por isso, peço-vos que encontrem formas

de se manterem solidários com qualquer pessoa que esteja a enfrentar uma justiça extraordinária. Obrigado.

[Aplauso]

Agora, em relação ao tema. Acho que estou aqui como ativista, como um soldado numa revolução para falar sobre como as empresas tecnológicas podem encontrar formas de manter e promover e proteger e respeitar os direitos humanos dos seus utilizadores. Ora este é um tema sobre o qual sou bastante cínico. As empresas não são realmente capazes de fazer nada disso. As corporações não são propriamente propensas a fazer nada disso. Os conflitos ... não é exatamente que haja um conflito de interesses. Penso que estamos todos aqui porque sabemos que é realmente possível fazer negócio sem infringir os direitos das pessoas e sem deixar entrar ferramentas que sejam utilizadas para infringir os direitos das pessoas. Mas as relações, a estrutura das relações entre o poder é tal que mesmo que seja possível, mesmo que não custe muito, mesmo que não vá afetar as margens de lucro, provavelmente não vai acontecer, mas também por vezes entra em conflito com a margem de lucro de formas muito engraçadas.

Portanto, da perspetiva de um ativista, algumas características muito normais podem ser bastante desagradáveis, podem ser bastante problemáticas. Políticas sobre nomes verdadeiros, limites de tarifas no Twitter, políticas sobre nomes verdadeiros no Facebook ou qualquer coisa do género, que na realidade é problemática. Se está a tentar mobilizar as pessoas da forma como as empresas de telecomunicações estão a tentar rentabilizar cada transação. Isso limita o que podemos fazer. Mas este é o modelo empresarial. Não espero que o Twitter ou o Facebook ou as empresas de telecomunicações mudem os seus modelos de negócio apenas para ativistas, isso não vai acontecer. Mas aqui está algo que pode acontecer:

Empresas... Se os governos estão a tentar aprovar legislação ou alterar regulamentação e isso vai afetar os seus lucros, então as empresas levantam-se, fazem barulho, tentam mudar as coisas. Mas se os mesmos governos estão a fazer algo sinistro que vai afetar os seres humanos, que vai afetar os seus utilizadores, não é provável que falem sobre isso. Assim, todos ouvimos falar do "kill switch", como o Egipto ficou completamente isolado da Internet durante alguns dias durante a primeira revolta da revolução. Vodafone e Co., a sua defesa, a sua defesa constante, é que esta era a lei, que não havia nada que eles pudessem fazer. Mas eles sabiam dessa lei com dois anos de antecedência. E nunca fizeram barulho.

Nós, no Egipto, tínhamos formas de combater leis injustas. Poderíamos levar a questão ao Tribunal Constitucional, poderíamos fazer uma campanha contra a lei, poderia ter sido possível livrarmo-nos dessa lei antes da revolução se as empresas tivessem optado por expor efetivamente o facto de ela ter acontecido. Essa lei era quase secreta. Mas eles sabiam disso porque havia reuniões e foi estabelecido um processo com eles, para que pudessem descobrir como fazer um 'kill switch'. Havia testes realizados em pequenas cidades. Mas eles recusaram-se a opor-se. Não se manifestaram publicamente, e não se opuseram ao governo.

A razão pela qual eles não se opuseram, na minha opinião, é porque é uma conspiração. Não é uma conspiração em que se sentam numa sala escura e concordam em lixar-nos, mas é uma conspiração em que os interesses coincidem. Em que os interesses que não deveriam existir coincidem. O mercado é altamente centralizado, altamente monopolizado, e isso é feito para manter o privilégio que estas corporações têm. Em troca, estas empresas também estendem o privilégio ao governo e permitem-lhes um maior controlo. A conspiração não acontece porque as pessoas decidem. Apenas acontece porque os seus interesses coincidem desta forma.
Agora, a mesma empresa, a Vodafone, afirma que são impotentes contra o governo. São uma empresa pobre e indefesa que não consegue resistir a uma ordem - mas que é capaz de resistir a pagar impostos no Reino Unido.

Por isso, eles têm influência sobre o governo. Portanto, a primeira coisa que podem fazer: podem agir como qualquer cidadão normal, como qualquer organização que é feita de pessoas, e envolver-se com o governo normalmente. Se ouvir falar de planos, ou se estiver a receber ordens que não lhe agradam, desafie-os. Desafie-os legalmente. Não estou à espera que as empresas se tornem revolucionárias, mas podem fazer coisas. Podem levá-las a tribunal, podem resistir, podem pedir o devido processo.

Nem sequer temos a certeza que a Vodafone - claro, estou apenas a usá-los como exemplo, mas todas as empresas de telecomunicações - que receberam uma ordem própria. A lei existia, mas foi um momento de caos. Suspeitamos que apenas receberam uma chamada telefónica, e começaram a implementá-la. Provavelmente existe um processo, uma ordem escrita deveria ser emitida e etc. Se quisessem, poderiam ter interrompido esta operação. Eles não escolheram fazer isso. Portanto, isso é algo que é fácil de fazer. Mas não é provável que o façam de qualquer maneira, certo? Isso não vai acontecer. Vamos ser honestos.

O que precisa de acontecer é uma revolução. O que precisa de acontecer é uma mudança total na ordem das coisas, para que estejamos a fazer estes fantásticos produtos e estamos a fazer a nossa vida, mas não estamos a tentar monopolizar, e não estamos a tentar controlar a Internet, e não estamos a tentar controlar os nossos utilizadores, e não somos cúmplices com governos, não somos a Amazon que está a remover o WikiLeaks, e não somos a Vodafone que está feliz por cortar os seus impostos e cortar a comunicação entre pessoas, etc.

Também há outra coisa que podem fazer: ocupar algum lugar. Mas não é provável fazer isso porque não é provável que isso tenha sucesso, certo? É um pequeno movimento, e não parece que vá a algum lado, etc. Então, o que se pode fazer? O que se pode fazer realisticamente que tenha em conta aquilo que é?

Bem, o que podem fazer é ignorar os ativistas. Ignorar os revolucionários. Temos de enfrentar as balas. Temos de enfrentar julgamentos militares. Não importa o que fazem. Não importa se o Facebook revela a minha informação.

Tenho de presumir que estou a ser constantemente vigiado, e que tudo sobre mim é público. Não importa. Mas o que importa são os utilizadores comuns, os utilizadores comuns que utilizam os vossos produtos para praticar a sua agência. Quando decidem que não podem optar por um pseudónimo, então estão a negar-lhes o direito de negociar a sua identidade. O direito de negociar a sua identidade está - não está na Carta dos Direitos Humanos, mas na realidade é essencial para a maioria dos direitos - as mulheres sabem do que estou a falar porque têm de negociar a sua identidade constantemente: são outra pessoa em casa, e são outra pessoa no local de trabalho, têm de negociar quem são, às vezes tenho de ser simpática e fazer o papel de mãe, às vezes tenho de ser a cabra no escritório. Se és gay, se és de uma minoria religiosa, se és o que quer que seja, a identidade negociada é muito importante. Posso escolher se devo revelar quem sou e como revelar quem sou, e decidir quem sou nos meus próprios termos e por mim próprio.

Quando desenham produtos que ajudam a afirmar a minha agência, mas depois interferem na forma em que consigo afirmar a minha identidade, então estão a negar-me algo muito importante. Assim, estão a permitir que os adolescentes sejam ameaçados porque os seus pais - e os seus colegas - conseguem pressionar-lhes de formas que nem sequer são possíveis no mundo físico. Eu posso esconder-me da minha mãe e fumar, mas não posso esconder o meu Facebook da minha mãe. O que é que se passa aí? Como é que eu retenho esse direito? Então, pense nos direitos dos utilizadores comuns.

Pensem neles de formas que vão além da privacidade / o governo vai ver isto / o que se está a passar. Isto é sobre quem eu sou. Isto é sobre a minha identidade. Isto é sobre a forma como me expresso. Isto é sobre como comunico com o mundo, e este é um ponto em que não penso sobre conflitos entre o seu lucro e os direitos dos seus utilizadores, e creio que o vosso governo não se importa assim tanto.

Conseguem fazer melhor do que isso.
Quanto aos ativistas, sempre encontramos uma maneira.
Obrigado.

Apresentado 25 de Outubro de 2011 na Califórnia

—

Dois dias depois, Alaa regressa ao Egipto. No Cairo, realiza um pequeno conselho no apartamento dos seus pais para decidir qual será a sua posição em frente ao Procurador Militar. Desde que o SCAF [Conselho Supremo das Forças Armadas] tomou controlo em Fevereiro, pelo menos doze mil pessoas foram julgadas em tribunais militares, por procuradores militares, perante juízes militares. A irmã do Alaa, Mona Seif, é a chefe de uma emergente campanha nacional chamada "Não aos Julgamentos Militares" que está a gerar cada vez mais consciência pública sobre - e indignação contra - este paralelo

sistema penal que está a ser utilizado para reprimir as manifestações constantes e ações laborais que estão a decorrer num país que se considera num estado de contínua revolução.

(#FreeAlaa/www.freealaa.net)

Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.